
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ANA CAROLINA MOREIRA DA SILVA

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FRANCESA E
SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE OS DIREITOS
DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES MIGRANTES
E REFUGIADOS**



Rio Claro - SP
2024

ANA CAROLINA MOREIRA DA SILVA

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FRANCESA E SEUS
DESDOBRAMENTOS SOBRE OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E
ADOLESCENTES MIGRANTES E REFUGIADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luis Mialhe

Rio Claro - SP

2024

S586h Silva, Ana Carolina Moreira
A história da educação francesa e seus desdobramentos sobre os direitos das crianças e adolescentes migrantes e refugiados / Ana Carolina Moreira Silva. -- Rio Claro, 2024
43 p.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientador: Jorge Luis Mialhe

1. História. 2. Educação. 3. França. 4. Imigração. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ANA CAROLINA MOREIRA DA SILVA

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FRANCESA E SEUS
DESDOBRAMENTOS SOBRE OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E
ADOLESCENTES MIGRANTES E REFUGIADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jorge Luis Mialhe (orientador)

Prof. Dr. José Euzébio de Oliveira Souza Aragão

Profa. Dra. Debora Cristina Fonseca

Aprovado em: 04 de junho de 2024

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA CAROLINA MOREIRA DA SILVA
Data: 02/07/2024 09:38:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do discente

Documento assinado digitalmente
gov.br JORGE LUIS MIALHE
Data: 01/07/2024 17:42:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) orientador(a)

À todos que lutaram incansavelmente para que eu pudesse escrever.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por nunca permitir que eu desista de mim mesma e ter escrito a minha história melhor do que eu poderia sonhar.

Agradeço a minha família, que apesar das adversidades da vida nunca mediu esforços para apoiar os meus sonhos.

Agradeço às minhas amigas de graduação, Brenda Molina e Lauany Kinsel por terem vivido esse ano junto a mim e feito deles, os melhores.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Jorge Luís Mialhe por dividir todo o seu conhecimento, sabedoria e paciência para inspirar a mim e outras pessoas.

E por fim, agradeço a Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” que mesmo em tempos difíceis em que a educação não é valorizada ainda insiste e ensina os corações que querem mudar o mundo.

RESUMO

O processo de descolonização da África após a II Guerra Mundial repercutiu diretamente sobre as políticas públicas das antigas metrópoles européias. A França foi um desses países que até a década de 1960 mantinha colônias na África, cujos Estados sentem até hoje as consequências do antigo poder colonial. Ao mesmo tempo, os migrantes e refugiados oriundos das antigas colônias, sobretudo os argelinos e os “pied noirs”, filhos de franceses nascidos na Argélia, que buscaram reconstruir as suas vidas na França metropolitana durante e após a guerra de independência argelina (1954-1962), sofreram vários problemas de adaptação e de discriminação, mesmo no interior dos estabelecimentos escolares franceses. Seus descendentes, ainda hoje, enfrentam dificuldades de integração ao modelo de educação tradicional, sobretudo nas escolas das “banlieues” (periferias). Mas como a França lida com seus “filhos” gerados em outra terra? A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê no seu artigo 26 que todos os seres humanos têm direito a educação e que ela deve ser gratuita pelo menos nos graus elementares e fundamentais, salienta ainda que deve promover a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais e religiosos em prol da manutenção da paz. O presente trabalho tem por objetivo analisar os resultados obtidos através da revisão da literatura e refletir sobre os fundamentos republicanos presentes na história da educação francesa, desde a década de 1880, e as contradições desse sistema educativo na perspectiva da terceira geração de migrantes e refugiados presentes no filme “Entre os muros da escola”, dirigido em 2007 por Laurent Cantet, cineasta francês graduado pelo Instituto de Estudos Cinematográficos Avançados. O filme *Entre les Murs* (Anexo A) foi resultado de uma parceria entre Cantet e o escritor do livro homônimo François Bégaudeau.

Palavras-chave: história; educação; França; imigração.

ABSTRACT

The decolonization process in Africa after World War II had a direct impact on public policies in the former European metropolises. France was one of those countries that until the 1960s maintained colonies in Africa, whose states still feel the consequences of the former colonial power. At the same time, migrants and refugees from the former colonies, especially Algerians and “pied noirs”, children of Frenchmen born in Algeria, who sought to rebuild their lives in metropolitan France during and after the Algerian war of independence (1954- 1962), suffered various problems of adaptation and discrimination, even within french schools. Their descendants, even today, face difficulties in integrating into the traditional education model, especially in schools in the “banlieues” (periphery areas). But how does France deal with its “children” generated in another land? The Universal Declaration of Human Rights provides in its article 26 that all human beings have the right to education and that it must be free at least in the elementary and fundamental levels, it also stresses that it must promote understanding, tolerance and friendship among all nations and racial and religious groups in support of peace. The present work intends to analyze the results obtained through the literature review and reflect on the republican foundations present in the history of French education, since the 1880s, and the contradictions of this educational system from the perspective of the third generation of migrants and refugees present in the film “Between the walls of the school”, directed in 2007 by Laurent Cantet, french filmmaker graduated from the Institute of Advanced Cinematographic Studies. The film *Entre les Murs* (Annex A) was the result of a partnership between Cantet and the writer of the homonymous book François Bégaudeau.

Keywords: history; education; France; immigration.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	8
1	A guerra de independência da Argélia	11
2	A imigração e o racismo.....	15
3	A história da Educação Francesa.....	18
4	Filme “Entre os muros da escola”e a Identidade: análise	24
5	Políticas e Ações Educativas: desafios e ambivalências na implementação.....	30
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36

INTRODUÇÃO

O continente africano é o que mais sofreu com a colonização europeia. A França é um país que manteve colônias até a década de 1960 e continua influenciando o poder político e econômico dessas regiões. Paradoxalmente, muitos habitantes desses lugares, devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados, buscam refúgio na antiga metrópole colonial, onde normalmente falam o mesmo idioma do antigo colonizador além das línguas e dialetos africanos, portanto a Europa vem sendo continuamente inundada por ondas de refugiados e de migrantes econômicos.

A história da educação está intimamente ligada à história social, econômica e política. No caso da França, para a compreensão do seu modelo educativo e sua complexa relação com os migrantes e refugiados, é necessário estudar as relações do poder colonial francês sobre as suas ex-colônias e seus reflexos sobre o sucesso e o fracasso das políticas públicas francesas de integração social dessa população marginalizada.

A educação é um dos direitos básicos estabelecidos no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e cabe aos Estados a manutenção de sua qualidade e o seu fornecimento a todas as crianças, inclusive aquelas migrantes e refugiadas em busca de uma vida melhor em outro país, buscando promover a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais e religiosos em prol da manutenção da paz.

De acordo com DURU-BELLAT (2005, p. 15), a desigualdade nesse aspecto tem sido vista

(....) desde o final da década de 1960, a sociologia francesa tem denunciado vigorosamente a existência de desigualdades importantes e estáveis, tanto no acesso aos diferentes níveis de ensino quanto no êxito escolar stricto sensu. Essa denúncia assumiu a forma de uma teoria geral, elaborada por Bourdieu e Passeron (e apresentada em 1970 em *La Reproduction*), que fazia dessas desigualdades sociais a resultante necessária do funcionamento da instituição escolar. (DURU-BELLAT, 2005, p. 15)

Partindo dessa perspectiva, é notório que as desigualdades sociais e escolares na França se tornam cada vez mais claras e se intensificam na década de 1960, período em que ainda mantinha colônias sobre seus longos braços. Para Duru-Bellat, um dos fatores que podem diminuir essa linha de desigualdades são políticas que visam justamente os imigrantes e a pré-escolarização “precoce”, pois, quanto mais cedo frequentarem o maternal, melhor desenvolvidos serão na escolarização e conseqüentemente, adultos.

Desde a década de 1990 as diretrizes oficiais atribuem às escolas a construção de projetos pedagógicos comprometidos com a redução das desigualdades (Galvão, 2007). No entanto, na fronteira com o Brasil já se tem uma amostra desse ensino: a Guiana Francesa. Apesar das orientações oficiais darem certa flexibilidade ao ensino na Guiana, o sistema de ensino pertence à França, os professores vêm de fora e muitas vezes não conhecem a cultura local e os nativos se formam na metrópole. Além disso, o conteúdo abordado também é proveniente dos colonizadores, conforme explica GALVÃO (2007)

As tentativas de uma efetiva inserção das práticas escolares no território da Guiana se limitam essencialmente ao primário. No colégio, os livros didáticos utilizados são produzidos na metrópole e escolhidos dentre o elenco distribuído nacionalmente, constituindo recurso que reforça a exterioridade da escola ao território local. (GALVÃO, 2007, p. 103)

A França, antiga potência colonialista e difusora da ideia de uma educação republicana, recebeu um contingente significativo de migrantes e refugiados oriundo do norte da África, portanto será levantada na análise quais são os limites e as contradições observadas na tutela do direito básico à educação, estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948), para atender as necessidades de integração das crianças e adolescentes migrantes no convívio escolar, apresentadas no filme “Entre os muros da escola”, e suas eventuais ambivalências.

O método utilizado para realizar a pesquisa qualitativa, terá como base a pesquisa bibliográfica de artigos e livros sobre os temas da história republicana da educação francesa e dos direitos humanos dos migrantes e refugiados. Nesse sentido, foram consultados os artigos disponíveis na plataforma Scielo utilizando as palavras-chave “educação francesa” e verificou-se que, dos 80 artigos encontrados,

apenas 06 têm alguma vinculação com o tema. Como principais referenciais teóricos, o artigo “Amplitude e aspectos peculiares das desigualdades sociais na escola francesa”, de Marie Duru-Bellat (2005) e considerações do educador francês Célestin Freinet.

Em seguida, será analisado criticamente o filme “Entre os muros da escola” (*Entre les murs*, drama, França, 128 min, 2007. Direção de Laurent Cantet), buscando identificar e refletir sobre os fundamentos republicanos presentes na história da educação francesa, desde a década de 1880, e as contradições desse sistema educativo na perspectiva da terceira geração de migrantes e refugiados presentes no filme.

1. A guerra de independência da Argélia

A necessidade do capitalismo industrial europeu em buscar fontes de matérias-primas e novos mercados para os produtos industrializados fez com que grandes potências europeias, como a França, dominassem territórios para exercer o controle político. A França se estabeleceu no continente africano ao longo do século XIX e estava em território argelino desde 1830.

A colonização francesa na Argélia foi de povoamento, os colonos franceses, ganharam ou compraram terras retiradas dos nativos e estes, eram obrigados a se mudarem para as áreas mais desérticas do país. Em 1865, a Argélia foi oficialmente anexada à França, decretando que todos os que renegassem o estatuto civil muçulmano receberiam a cidadania francesa - cabe ressaltar que a Argélia encontra-se em território árabe, e faz fronteira com Marrocos, Mauritânia, Mali, Nigéria, Líbia e Tunísia e há forte influência muçulmana na região.

Apesar de ser uma colônia, a Argélia nas primeiras décadas do século XX, teve seu crescimento industrial alavancado devido a criação de empresas mineradoras e da agricultura. Com as rodovias e ferrovias, o crescimento demográfico urbano também cresceu. Em 1937, Messali Hadj, político nacionalista que se dedicou a movimentos em prol da independência da Argélia, fundou o Partido do Povo Argelino (PPA), que era como uma entidade paramilitar e teve atuação importante no desencadeamento da luta armada. Anteriormente, Messali havia fundado a Estrela Norte Africana (ENA) que foi extinta pela repressão francesa.

Após a Segunda Guerra Mundial, a ONU pressionou os países imperialistas para que se desfizessem de suas colônias ou mudassem o status das mesmas. A França por sua vez estava enfraquecida e havia conflitos explodindo em território argelino, devido a uma promessa não cumprida do general Charles De Gaulle, líder das Forças Francesas Livres, de que libertaria a Argélia após a guerra. Aldeias inteiras foram massacradas pelas forças francesas.

Então, os argelinos saíram às ruas para comemorar o Dia da Vitória, a 8 de maio de 1945. A demonstração a princípio pacífica foi interrompida pela intervenção inesperada do exército francês, auxiliado pelos soldados senegaleses. A permissão de abater muçulmanos nas ruas foi estendida aos colonos, que se emularam com a Legião Estrangeira no saque e no assassinato. O ódio, misto de medo, dos colonos tornou incontável a sublevação armada em Sétif e Ghelman, onde o povo revidou o massacre, atacando alguns centros de colonização. (SARTRE, 1968, p. 24)

A censura nas eleições de 1948 foi previamente planejada e executada: para impedir que candidatos pró-independência chegassem ao poder, muitos deles foram presos. Além disso, reuniões públicas foram proibidas, jornais confiscados, títulos eleitorais não foram distribuídos adequadamente e as urnas violadas. Os nacionalistas estavam céticos em relação a tentativas legais de independência que nem sequer tiveram chance de desenvolver devido à repressão francesa. A democracia superficial do colonialismo mostra as falhas dos ideais da Revolução Francesa de 1789, que propagaram a “*Liberté, Égalité, Fraternité*” mas que nunca se estendeu às colônias, e os movimentos na Argélia se tornaram a antítese dessa Revolução.

A derrota francesa na Indochina em 1954 foi um golpe importante no colonialismo francês. Em 1955, a Frente de Libertação Nacional (FLN) participou da conferência de Bandung para defender a sua autodeterminação e o fim do colonialismo. Conforme a FNL se inseriu nos meios urbanos, ganhou o apoio de vários grupos distintos e de países ao seu redor como o Marrocos, Egito e Tunísia.

O filme “A Batalha de Argel” (1965) do diretor italiano Gillo Pontecorvo é um dos filmes políticos mais importantes dos anos 60 no século XX. Com a ajuda do povo argelino, ele revela elementos importantes da luta pela independência argelina como “o ódio racial do francês para com o árabe, as diferenças gritantes entre a “cidade européia” e a Casbah, a tortura aplicada pelos franceses e os atentados terroristas da FLN” (LIPPOLD, 2005, P. 7). O filme assume uma postura anti-colonial e Pontecorvo utiliza o discurso escrito e a linguagem imagética em contraste como forma de criticar a representação das instituições, entre o oficial e o efetivo.

Em 1º de novembro de 1954, é feita uma série de atentados comandados pela FNL que marcou o início da hostilidade entre França e Argélia. Como medida repressiva, foram enviados 400.000 mil soldados para o território argelino, dentre eles muitos que estavam na Indochina, gerando uma série de protestos na França. Em 1958, a metrópole assombrada com a possibilidade de perder a colônia, determinou que o general De Gaulle deveria gerir a crise e ele exigiu a promulgação de uma nova Constituição provocando a queda da IV República Francesa. De Gaulle visitou a Argélia, constatou que nada poderia ser feito e concedeu a autodeterminação do povo argelino. Entretanto, os conflitos ocorreram até meados de 1962, pois muitos colonos franceses se sentiram traídos pelo general. A

Organização Armada Secreta (composta por esse grupo) e alguns generais franceses tentaram dar um golpe na Argélia contra a França, uma ação fracassada mas que escancarou a necessidade de um novo e denso acordo de paz. Autorizado por um referendo popular, De Gaulle negociou a paz com o governo provisório republicano da Argélia.

O Acordo de Évian, em 1962, assinado entre a FLN e a França anunciaram um cessar-fogo e garantiram um referendo sobre o destino da Argélia. Em julho de 1962, foi realizado o referendo e contou com a maioria favorável à independência. A OAS, nos últimos dias de dominação colonial francesa, organizou a destruição de prédios, massacres e assassinatos. Tais atos impossibilitaram a permanência da população europeia na Argélia, causando um maciço deslocamento populacional de volta para a metrópole. A proclamação de independência da Argélia significou o fim do colonialismo francês na região do Magreb. (SAMPAIO, 2013, p. 8).

Frantz Omar Fanon, psiquiatra e filósofo político de Martinica, lutou contra o nazismo na Segunda Guerra Mundial e na Argélia, tornou-se membro da Frente de Libertação Nacional, representando o governo provisório em encontros dos países africanos. Fanon foi um dos pilares da construção do pensamento africano anti-colonial. Ele compreendia seus pacientes como vítimas do sistema e buscava seus diagnósticos de saúde física e mental na relação traumática da sociedade argelina com o colonialismo. Para Mustafa Yazbek, autor da obra *A Revolução Argelina* (2010) “(...) o impacto maior seria provocado pela obra do negro Frantz Fanon (...)” e que para

Frantz Fanon, a violência se justificava como a única forma de alterar radicalmente toda essa situação [colonial]. Considerava inevitável a libertação dos povos colonizados e que o processo argelino por sua característica e pela violência, teria peso decisivo no processo de libertação africana. Entendia a independência como ponto final de uma imposição que não era somente política, mas também cultural (YAZBEK, 2010, p. 104)

A obra “*A Revolução Argelina*” é uma importante referência no que diz respeito à narração dos eventos históricos da independência da Argélia em relação à França. O livro descreve minuciosamente o movimento da libertação nacional, as injustiças sociais, econômicas e políticas enfrentadas pelo povo argelino - pinceladas neste artigo. O colonialismo é visto como uma ferramenta lógica, coerente e racional de guerra e tortura.

A história é contada e documentada para que os erros do passado não se repitam, entretanto, eles são vistos sob uma nova máscara no contexto da imigração

nos dias atuais. O termo *“pied-noirs”*, em tradução livre “pés pretos” é usado para classificar os argelinos com descendência europeia que desembarcaram na França nos anos seguintes à independência - estima-se que em 1962 foram cerca de 650.000 pessoas. Entretanto, engana-se quem pensa que foram bem recebidos e tratados como cidadãos franceses após o domínio territorial, o racismo é e continua sendo a ideologia mais enraizada do colonialismo mesmo após o seu fim.

2. A imigração e o racismo

Jean-Paul Sartre foi um escritor, filósofo, crítico literário, ativista político e romancista francês conhecido pelo seu pensamento filosófico existencialista e seu engajamento político com a esquerda. Não fez parte do Partido Comunista Francês, apesar de ser um simpatizante mas teve um papel de destaque nas críticas ao colonialismo francês na Argélia. Para ele, há três aspectos importantes para se considerar nessa colonização: econômico, devido a grande exploração do território e do pouco investimento por parte da metrópole; social devido a política colonial segregacionista e psicológico, com o complexo de inferioridade do colonizado instaurado pelo colonizador.

Este complexo de inferioridade intrínseco ao pensamento da população foi uma das muitas estratégias de poder bem sucedidas dos franceses. Tratá-los como inferiores para que acreditassem nisso, potencializava a “superioridade biológica” que ideologicamente pregavam. A inferiorização é a condição básica da ideologia racista que pressupõe que “sub-humanos” não fazem parte da cultura e sim da natureza e por isso merecem a escravidão.

Eis que deste emaranhado de imagens que liga o negro ao mal, à feiúra e à preguiça, surge no próprio negro a vontade de fugir da analogia imposta pelo eurocentrismo. A ideologia do colonizador acaba por penetrar na consciência do colonizado que, alienado, identifica-se com as imagens míticas criadas (LIPPOLD, 2055, p. 13).

Esse preceito faz parte da história de muitas, senão todas as sociedades. No entanto, tratar esse assunto como passado qualifica-se como um erro grotesco. Até hoje, existem milhares de pessoas em trabalhos análogos à escravidão, muitas ex-colônias, como a Argélia, sofrem com a exploração territorial, a escassez de recursos e a falta de identidade e noção de pertencimento que lhe foram usurpadas e assim, muitos partem em busca de uma vida melhor em outros países, especialmente as antigas metrópoles. O racismo não é um acidente porque ele é o resultado da exploração de homens através de formas complexas, e a luta do inferiorizado também representa o seu processo de humanização, segundo Fanon.

“Por não possuírem meios para garantir a sobrevivência, os argelinos começam a migrar para a metrópole em busca de empregos e melhores condições de vida, buscando na França aquilo que ela os tomou.” (Sartre, 1968, p. 31). Mas a França nunca se preparou para o efeito rebote que tal colonização teria. A proibição

da língua era uma forma de controlar o nacionalismo argelino, entretanto, foi nas terras francesas que eles buscaram apropriação.

Ao contrário do que a utopia idealiza, os milhares de argelinos não foram e não são tratados como filhos da terra, são órfãos dela. Ao chegarem do outro lado do oceano, tantas vezes por meios insalubres e que ceifam vidas no caminho, não recebem acolhimento e ainda são vistos como inferiores. Aqueles que conseguem empregos nas categorias de base - que fazem a sociedade funcionar - se instalam nas periferias sem o menor amparo do governo francês e assim desde 1962 foram denominados como *“pied-noirs”*.

Essa é uma situação recorrente das últimas décadas e se agrava cada vez mais. Na última semana de junho de 2023, uma onda de revolta e protestos invadiu a França: a morte do adolescente de origem argelina, Nahel Merzouk, de 17 anos, durante uma blitz de trânsito foi o estopim para que a população se revoltasse contra o Estado. Ainda em 2023, a lei de imigração encontra-se em um impasse devido às revoltas pela morte de Nahel, que geraram uma resposta em forma de violência da qual muitas pessoas estão atribuindo à imigração.

Durante a Copa do Mundo de Futebol de 2018, em que a França se consagrou campeã, 19 jogadores dos 23 convocados poderiam participar por outras seleções, ou seja, 19 homens são imigrantes ou filhos deles. Pela vitória, foram considerados heróis da nação - independente de sua origem ou descendência, mas na derrota não são vistos como cidadãos franceses. Karim Benzema, futebolista francês e filho de pais argelinos, considerado um dos maiores atacantes do mundo, sempre protestou com um silêncio ensurdecedor, todas as vezes em que o hino francês foi entoado em partidas que estava presente por motivos claros: para ele, *La Marseillaise*, incita a violência que lhe dói em particular devido a história de colonização da Argélia *“Quoi! Des cohortes étrangères/ Feraient la loi dans nos foyers!/ Quoi! Ces phalanges mercenaires”* em tradução literal *“O quê! Tais multidões estrangeiras/ Fariam a lei em nossos lares!/ O quê! Essas falanges mercenárias”*, apenas um dos trechos que explicita a exclusão de estrangeiros e qualquer um diferente, além de toda a letra que entoa morte e se refere ao tal “sangue impuro”.

Em 2019, a França endureceu as políticas de imigração e anunciou cotas para trabalhadores. Na época, o ex primeiro ministro Edouard Philippe apresentou 20 medidas do governo de Emmanuel Macron sobre imigração, asilo e integração. Segundo o próprio, queriam recuperar o controle da política de imigração para que

abusos não fossem mais tolerados. Abusos esses referentes a utilização do sistema de saúde francês que teve suas regras de acesso modificadas para requerentes de asilo e imigrantes sem documentos, com exceção das emergências dos hospitais públicos. O requerente de asilo passa a ter acesso a seguridade social básica assim que sua solicitação for enviada, mas apenas por três meses, o tempo de cobertura de saúde foi diminuído de 12 para 6 meses.

Outra medida seria a definição de uma lista de setores “em tensão” que precisam de mão de obra *estrangeira*. Utilizam-se desse artifício para não haver competição em relação aos desempregados do país, entretanto, esses setores mencionados são as categorias de base que movimentam a nação, como garçons e garçonetes, ajudantes de limpeza, servidores de obras, cuidadores de crianças. Ocupações destinadas a imigrantes e refugiados que os desempregados franceses da França recusam-se a ocupar. De acordo com Edouard "O significado geral de nossa ação é soberania. É possível expressar e assumir escolhas claras em termos de recepção e integração" e garantir "um equilíbrio justo entre direitos e deveres", todavia, que direitos são esses? Os deveres sempre estão muitos claros, listados e ordenados e não são na mesma proporção que os direitos, os poucos que possuem pois não são vistos como cidadãos legítimos provenientes de uma profunda colonização violenta.

Uma sociedade que não possui políticas públicas que realmente sejam de imigração e inclusão dos imigrantes, refugiados e descendentes não está preparada para crescer: a educação como direito básico e pilar fundamental do desenvolvimento de uma nação é a peça chave que falta nas políticas. Entretanto, antes de olhar para o hoje será preciso viajar na história da Educação Francesa.

3. A História da Educação Francesa

Na França, era de responsabilidade da esfera privada o ensino escolar para crianças e jovens até a Revolução Francesa (1789), mesmo que algumas instituições como o comércio e a Igreja já fossem responsáveis pelo ensino profissional e pela formação das elites, respectivamente.

François Guizot, depois de tomar posse do Ministério de Instrução Pública Francesa, elaborou e buscou aprovação de um projeto de lei que se relacionava diretamente ao ensino primário francês. A Lei Guizot foi promulgada em 28 de junho de 1833 e estabeleceu a criação de uma escola para meninos em cada comuna francesa com mais de 500 habitantes e pelo menos um professor primário. Além disso, cada departamento francês deveria ter uma escola de formação de professores do ensino básico. Os estabelecimentos privados foram legalizados e a instrução religiosa foi mantida.

Com a lei, a instrução primária francesa foi dividida em dois níveis

a) o elementar, que compreendia a leitura, a escrita, a instrução moral e religiosa e o ensino dos elementos da língua francesa, do cálculo e do sistema de pesos e medidas; b) e o superior, referindo-se este por sua vez ao ensino do canto, da história, da geografia, dos elementos da geometria e de suas aplicações usuais e de algumas noções das ciências físicas e da história natural aplicáveis aos usos da vida (CONCEIÇÃO, 2020, p. 4)

A instrução poderia ser tanto pública quanto privada, mas a lei procurou legislar sobretudo a educação pública. O primeiro grau de ensino estava destinado, segundo Guizot, às classes inferiores da sociedade francesa. Entretanto, a obrigatoriedade escolar e o financiamento continuavam inexistentes e o papel do Estado com a educação continuava insuficiente.

Entre 1881 e 1882, o ministro da educação Jules Ferry aprovou leis em que a escola torna-se obrigatória para todos e que estabeleceu a responsabilidade estatal de formar todos os franceses entre 6 e 12 anos de idade. A Lei Ferry foi a primeira revolução escolar da França e impulsionou toda a escolarização do século XIX e

Em seu artigo 4º a Lei Jules Ferry deixa a escolha do local de instrução às famílias, pois tal como ainda é hoje, a escola não é obrigatória, apenas a instrução. Essa lei rompeu com o monopólio da igreja quanto à educação dos jovens franceses e definiu o princípio da laicidade, substituindo a educação religiosa pela cívica. (PAZ, 2017, p. 24)

A reforma do ministro René Haby foi considerada a segunda revolução escolar da França. Ela ocorreu devido às necessidades econômicas, assegurou a todos a gratuidade dos estudos e impulsionou ainda mais o caráter obrigatório da instrução que foi estabelecida até os 16 anos em 1959. A terceira revolução escolar aconteceu a partir de 1984 em resposta a aceleração das mudanças técnicas que exigiu a ampliação da escolarização dos alunos ao nível do baccalauréat (primeiro diploma universitário francês que sanciona o fim dos estudos secundários e dá o direito de acesso ao ensino superior).

Em 1989, a Lei de Orientação chamada Lei Jospin é adotada. Em seu primeiro artigo declara a educação como uma prioridade nacional e que o serviço público deveria estar a disposição dos alunos e estudantes reafirmando o princípio de igualdade de oportunidades.

As inovações introduzidas pela lei de 1989 são: a organização da escolaridade em ciclos; mudança de procedimentos de orientação vocacional; criação de conselhos de delegados-alunos; criação de institutos universitários de formação de professores, obrigação de cada instituição desenvolver o seu projeto de escola, a criação do Conselho Nacional de Programas e a criação do Conselho de Ensino Superior. Já no campo da formação profissional, define-se que o Certificado de Aptidão Profissional – CAP3 e o Brevet de Estudos Profissionais – BEP sejam os diplomas mínimos e que no ensino superior, a prioridade seja dada aos métodos e aos conteúdos, bem como à cooperação internacional e à construção europeia. (PAZ, 2017. p. 24)

A política educacional em que a Lei Jospin se incluía, passou a ter como princípio a luta pela igualdade de oportunidades, assim com a redução das desigualdades geográficas e o auxílio às famílias e jovens haveria menos fracasso e exclusão escolar. Nota-se que a utópica igualdade escolar é almejada há muito tempo mas na prática não são estabelecidas medidas efetivas para alcançar tal objetivo. Em uma sociedade em que determinadas pessoas são vistas como inferiores a outras, como oferecer educação pública de qualidade que vai dos centros a periferia?

Em 2002, a Lei Jospin recebeu sua primeira proposta de reforma após inúmeras críticas do Ministério da Educação. Em 2004, a Lei Fillon chamada *Nouvelle loi d'orientation et de programmes de l'école* (nova lei de orientação e de programa escolar) propôs mudanças válidas por 15 anos. Em abril de 2005 foi promulgada a Lei de Orientação e Programa para o Futuro da Escola que teve como

objetivo assegurar um conjunto de conhecimentos e competências que todas as crianças deveriam ter no fim da escolaridade obrigatória.

O Ciclo Comum de Conhecimentos e Competências passou a se sustentar em 7 pilares: 1. O domínio da língua francesa; 2. A prática de uma língua estrangeira moderna; 3. Os principais elementos da Matemática e da cultura científica e tecnológica; 4. O domínio das técnicas usuais de informação e comunicação; 5. A cultura humanista; 6. As competências sociais e cívicas; 7. A autonomia e a iniciativa. (PAZ, 2017, p. 25)

O Ministério da Educação criou avaliações nacionais para estabelecer um referencial nacional de formação através das competências e dificuldades de cada aluno. Em 2013, além de uma lei para refundar a escola que definiu objetivos como a dominação do francês e da matemática até o final do CE1 (2º ano do EF do Brasil), foi publicada também a Carta de Laicidade na Escola com os princípios fundamentais da República proibindo a utilização de símbolos religiosos na escola, estabelecendo o caráter laico do ensino, a obrigatoriedade de postura neutra em relação aos funcionários, igualdade entre meninos e meninas e o fim das discriminações.

É impossível falar sobre discriminação sem mencionar que essa mesma França, defensora de direitos e igualdades, em 2004 proibiu o uso do *hijab* (lenço que cobre a cabeça das mulheres muçulmanas e é compreendido como um mandamento de Deus) e em 2023 proibiu o uso da *abaya* (vestido islâmico) nas escolas. Em agosto de 2022, o Comitê de Direitos Humanos da ONU acusou a França de discriminar Naima Mezhoud ao proibir sua participação em um concurso de escola pública enquanto a mesma usava o *hijab* sobre a cabeça, em 2010. Segundo o Comitê, essa atitude violou os artigos 18 e 26 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

A França pautada no argumento da Carta de Laicidade na Escola justifica suas ações devido a proibição de símbolos religiosos no ambiente escolar, entretanto, proibir vestimentas que representam a cultura de determinados povos para além de religião significa diminuir e encaminhar para o extermínio os seus próprios filhos - Naima Mezhoud é francesa como todas as meninas proibidas de assistir as aulas caso não se adequassem ao código de vestimenta da escola pública francesa.

O Código de Educação e a Constituição Federal de 1958 regem o sistema educativo em vigor.

De acordo com o Código de Educação, no ensino público professores e alunos devem respeitar os princípios da neutralidade política, assim como a laicidade em matéria religiosa. Isto implica o respeito às crenças de alunos e suas famílias, bem como uma ausência de instrução religiosa nos programas escolares. (PAZ, 2017, p. 27)

É notável como o princípio de laicidade francês é contrário ao respeito pela crença dos alunos e suas famílias disposto no Código de Educação, uma vez que as políticas francesas estão usurpando dessas pessoas os direitos de transitar em ambiente escolar cobertos de sua cultura e religião. Considerando que a escola é uma das primeiras instituições que formam o ser humano e estabelece seu contato com mundo, apresenta as formas de sociedade e normas, além da socialização, o desenvolvimento da sua própria identidade e da noção de pertencimento, o aprendizado dado a crianças e jovens ao proibir qualquer manifestação do seu ser é ensiná-los a intolerância, preconceito e desigualdade.

Os princípios da escola francesa são a gratuidade, laicidade e a obrigação de escolarização, entretanto, a frequência escolar não é obrigatória uma vez que a instrução pode ser dada em escolas públicas ou privadas ou nas famílias através dos pais ou quem escolherem. As instituições públicas ou privadas coexistem e é dever do Estado controlá-las, além de deter o monopólio da colação de graus acadêmicos, diplomas e certificados.

O educador francês Célestin Freinet (1896 - 1966) já havia percebido a necessidade de vincular a escola ao povo.

Este professor, em oposição ao sistema educacional vigente na França, realiza inúmeros feitos. Dentre eles, citamos: a fundação de uma Cooperativa de Trabalho com os aldeãos da sua cidade paralelamente ao trabalho de docente; inicia as primeiras "correspondências entre as escolas" através das quais estabelece uma troca de experiências entre elas; cria a "imprensa na escola" e com ela a revista *La Gerbe* (O Ramalhete), com poemas infantis; e ainda, funda uma Cooperativa de Ensino Leigo. (SILVA, 2007, p. 106)

A "Pedagogia de Freinet" teve como propósito a modernização da escola pública, ou melhor escola do povo. Para ele, a instituição deveria atender as necessidades do povo através do senso de responsabilidade, senso de cooperação, sociabilidade, formação de julgamento pessoal, promoção da autonomia, expressão,

criatividade, comunicação, reflexão individual e coletiva, permissão e demonstração da afetividade. Assim como Freinet, o pedagogo e humanista, Michel Lobrot em sua obra intitulada “Pedagogia Institucional” defende a prática pedagógica “não diretiva” e “interventiva” ao mesmo tempo que o aluno tenha no ambiente escolar o prazer relacional, intelectual e afetivo. Os dois estudiosos caminham no mesmo sentido e consideram o uso da palavra na escola no lugar da prática violenta.

O livro “Violência na Escola” (1989) de Claire Colombier, atrelado a pedagogia de Freinet e Lobrot, desmascara o sistema educacional francês e escancara a violência dentro dos muros da escola através das relações hostis dos sujeitos seja por esgotamento ou falta de desejo de estar ali. A obra traz para discussão o quanto essa violência se debruça sobre os menos favorecidos, principalmente “imigrantes” franceses, aqueles que possuem direitos mas não são vistos como parte da nação. As obras e pensadores citados denunciaram a falta da “*Liberté, Égalité, Fraternité*” e clamaram por uma escola pública francesa que reconhecesse a existência do outro.

Em sua obra “Vigiar e Punir”, Michel Foucault revela como a disciplina dociliza os corpos para torná-los úteis e dispõe de mecanismos constantes de vigilância.

(...) a sala de aula forma um grande quadro único; com entradas múltiplas, sob o olhar cuidadosamente 'classificador' do professor" (....) A exigência da distribuição das classes em fileiras, com alunos em ordem e uniformizados tem como objetivo garantir a obediência dos alunos, e uma melhor utilização do tempo. Cria espaços funcionais e hierárquicos (...) trata-se de organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo, trata-se de lhe impor uma 'ordem' (FOUCAULT, 1977, p. 135).

A falta de liberdade aliada ao controle, ao adestramento e a penalização por desobediência não ensina crianças e jovens a famigerada autonomia e não os humaniza, os torna apenas instrumentos de um Estado que tudo controla e nada desenvolve pelo bem do povo. Isso, considerando os alunos franceses que não sofrem preconceitos, intolerância religiosa e que se sentem pertencentes ao seu país, porque os que não se sentem não chegam perto de serem humanizados e identificados como tal.

Valorizar a educação contra a instrução, o caráter contra a inteligência, o esporte contra a cultura, é afirmar, no próprio mundo escolar, a existência de uma hierarquia irredutível à hierarquia propriamente escolar que privilegia o segundo termos destas oposições. (BOURDIEU, 2006. P. 89)

Não há registros de que a França do século XXI, tenha alterado o Código de Educação ou estabelecido políticas públicas que incluam, ao invés de excluir, os imigrantes vindos de ex colônias como a Argélia (a qual este trabalho comprometeu-se a contar brevemente sua história de exploração) e refugiados em relação a educação. Pouco pode se esperar de um país que foi acusado pela ONU de intolerância religiosa com os seus próprios, que ano após ano estabelece leis que excluem costumes de outras culturas e tenta a todo custo impossibilitar a vinda dessas pessoas que por direito e dívida histórica pertencem ao território francês.

Desde 1880, o sistema educacional francês é fundamentado em bases republicanas que refletem os princípios da República Francesa. Dentre eles estão: a *universalidade*, o sistema busca proporcionar educação a todos os cidadãos, independente de sua origem social, econômica e étnica; a *laicidade*, as escolas públicas devem ser neutras, oferecer a educação secular, sem preferência ou discriminação com base nas crenças religiosas; a *gratuidade*, na escola pública do ensino infantil ao médio; a *obrigatoriedade* até o ensino secundário; a *meritocracia*, há a promoção da ideia de mérito e igualdade de oportunidades e os alunos são avaliados com base no desempenho acadêmico e mérito; e *centralização*, o sistema educacional francês tem sido centralizado com o governo central desempenhando uma papel significativo na definição de currículos, padrões e políticas educacionais.

Após essa reflexão, analisar as bases republicanas significa avaliar todos os erros e falhas, acima já citados, com imigrantes e seus filhos dentro da escola, que poderiam ter sido evitados se fossem levados com seriedade. Torna-se uma antítese falar de Revolução e princípios quando gerações inteiras estão sendo apagadas pelo desrespeito do colonizador.

4. Filme “Entre os muros da Escola” e a Identidade: análise

O filme “*Entre les Murs*” (2008) trata-se de uma adaptação do livro homônimo, de François Bégaudeau, que apresenta uma narrativa baseada nas experiências do autor como professor na periferia de Paris. O filme é ambientado em uma sala de aula multicultural, composta por alunos de diferentes origens étnicas e culturais. O professor de francês, enfrenta diariamente o desinteresse, indisciplina e a resistência de aprendizagem, além de delinear as tensões e conflitos entre professores e a administração escolar. Em qualquer parte do mundo, um cenário multicultural, em que pessoas tão diferentes tenham que conviver se torna um desafio, o filme por si só descreve essas dificuldades e leva o telespectador a uma análise mais profunda em que é possível ver uma mesma raiz: o desinteresse e todos os comportamentos nocivos surgem na falta de identidade e da noção de pertencimento.

De acordo com a Teoria Sociocultural de Lev Vygotsky, a identidade é construída através da interação com os outros e da internalização das normas e valores culturais e que a aprendizagem humana é, em grande parte, um processo social. Os jovens alunos daquele meio não se veem como pertencentes daquela sociedade, porque não se reconhecem como iguais perante a comunidade e sentem-se retirados de seus “berços”. Considerando, que a geração de estudantes retratada seria a 3ª geração após as guerras de independência, sobretudo a da Argélia que culminou em 1962, essa noção de pertencimento ainda é superficial para não dizer inexistente, essas pessoas não se sentem parte da nação francesa porque mesmo nascidas lá, a todo momento são apontadas como imigrantes.

Por que se interessar pela história e língua de um país que massacrou os seus antepassados por riquezas que seriam suas por direito? Há uma cena em especial que marca esse pensamento: em dado momento da aula, François escreve no quadro frases para explicar o francês e usa o nome “Bill” como sujeito, Esmeralda, uma de suas alunas o questiona do porquê dele sempre utilizar nomes franceses e estadunidenses, ou seja, o interesse começa quando identificam certa proximidade com o contexto social e cultural dos alunos, assim o professor troca o nome do sujeito e desperta a participação dos demais. Uma pequena mudança de atitude que os aproximou.

O autoritarismo faz parte da prática docente de François, através dele que o professor conseguia impor suas ideias e vontade sobre os alunos. Entretanto, mesmo repreendendo-os em certos momentos, ele leva em consideração as opiniões dos alunos que o questionam, como no caso do exemplo citado acima. E mais, em várias cenas dele com outros professores e a direção, ele salienta que a rigidez não cessa a indisciplina. A satisfação do corpo docente também se revela ao longo do filme, precisamente na cena em que o professor de Informática demonstra sua angústia em não se sentir valorizado como profissional pela sociedade.

Julgamentos docentes e as interações com os professores são marcadas por estigmas contra os alunos de origem imigrante que se baseiam em características externas ao trabalho escolar: vestuário, higiene, traje, estilo, linguagem e polidez. Essas formas “infra conscientes” de julgamento são claro que em contradição com “o postulado indiferenciado da escola republicana”.(BEN AYED, 2011. P. 72)

Em “*A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*” de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, os autores descrevem que o trabalho pedagógico realizado através da ação pedagógica dominante consegue impor a legitimidade da cultura dominante não somente aos destinatários legítimos mas também aos grupos dominados, “ideologia dominante da cultura legítima como única cultura autêntica, isto é, como cultura universal” (Bourdieu; Passeron, 1975). Assim, a educação se torna um importante instrumento de dominação uma vez que a pedagogia implícita é mais eficaz quando se trata da transmissão de conhecimentos tradicionais, indiferenciados e totais porque quando a ação pedagógica se exerce em um sistema dominado contribui para a reprodução cultural e social, garantindo o monopólio do conhecimento aos detentores. Os autores salientam que

O trabalho pedagógico é um substituto da coerção física; a repressão física (o internamento numa prisão ou num asilo) vem com efeito sancionar os reveses da interiorização de um arbitrário cultural, e é um substituto rendoso: ainda que (e talvez porque) mais dissimulado, o trabalho pedagógico é pelo menos tão eficaz a longo prazo quanto a coerção física (BOURDIEU; PASSERON, 1975. P. 48)

Recusar-se a enxergar as categorias recortadas de uma população de estudantes como a origem social, o sexo ou o passado escolar é imperdir-se de ter consciência de todas as variações que fazem aparecer esses critérios. Nos primeiros anos de escolaridade, a compreensão e o manejo da língua se constituem como o alvo de atenção principal e a língua não é apenas um instrumento de

comunicação, mas também fornece vocabulário rico, decifração e manipulação de estruturas complexas e depende de certa forma da complexidade da língua transmitida pela família. Não é possível reduzir a relação pedagógica a uma mera relação de comunicação e não perceber as características específicas que ao transmitir uma mensagem, implica e impõe uma definição social.

O professor encontra nas particularidades do espaço que lhe concede a instituição tradicional (o estrado, a cadeira e sua situação no lugar de convergência dos olhares) as condições materiais e simbólicas que lhe permitem manter os estudantes à distância e com respeito, e que o coagiram mesmo se ele se recusasse a aceitá-las.(BOURDIEU; PASSERON, 1975. P. 122)

François ao alterar apenas uma palavra de sua explicação e se permitir escutar os jovens e suas vivências transformou o trabalho pedagógico dominante em um espaço de aprendizado de acordo com as vivências de cada um que vai muito além do muro da escola. Em “*A Distinção: crítica social do julgamento*” de Pierre Bourdieu, ele iguala a herança material à herança cultural das famílias burguesas francesas, entretanto, ao trazer para a realidade multicultural dos alunos de François, se tem a herança cultural como único bem que não foi usurpado de suas origens: são suas receitas, cantigas, histórias, idioma e religiões que se limitaram ao colonizador francês, portanto, essa também é sua herança material.

Qualquer herança material é, propriamente falando, e simultaneamente, uma herança cultural; além disso, os bens de família têm como função não só certificar fisicamente a antiguidade e a continuidade da linhagem e, por conseguinte, consagrar sua identidade social, indissociável da permanência no tempo, mas também contribuir praticamente para a sua reprodução moral, ou seja, para a transmissão dos valores, virtudes e competências (...) (BOURDIEU, 2006. P. 75)

Cabe salientar que a dramaturgia retratada no longa conta com o apoio real de pessoas reais que não são atores e falam do que vivem, inclusive os jovens em sala de aula. Esmeralda já citada anteriormente, embora não seja uma trama com protagonistas e vilões, revela-se uma das personagens mais relevantes no limiar dos conflitos. Um deles, inclusive, é leitura do livro *A República* de Platão, que a garota insistentemente recusa-se a ler mas que no final conta para o professor que havia realizado a leitura por interesse próprio, o que choca o docente e o telespectador que não esperava que ela com uma personalidade provocativa se interesse pelo aprender e pelo conhecimento.

O que em princípio Esmeralda traz de incomodativo talvez seja justamente isto: o fato de ela existir, de já ter passado por alguma sala de aula, e por ela o professor nada tenha feito. Entretanto, parece mais incomodativo, muito mais do que aquilo que a escola não vê em Esmeralda, é o que Esmeralda não vê na escola. (GERHARDT, 2017. P. 889)

Esmeralda não vê pertencimento, não se vê cidadã, não faz parte, não há identidade. Gerhardt (2014) apresenta a normatividade existente na instituição escolar como uma convenção social-histórica que estabelece que durante os primeiros anos de vida do aluno, ele deve "frequentar espaços previamente construídos, sob a autoridade de pessoas instituídas (...) tomar contato com conhecimentos tidos como importantes". As relações determinadas em sala de aula partem do pressuposto que há um comprometimento mútuo em relação ao futuro e caso uma das partes não cumpra, a relação falha. François se esforça até certo ponto tentando cumprir o acordo visível, mas há todo tempo é desafiado pelos alunos que não se identificam com os conteúdos da Língua Francesa por ele ensinados. As metodologias do ensino, formas de avaliação e seleção de conteúdos não são previamente preparadas para o cenário multicultural que aquela escola da periferia de Paris se encontra.

Essas marcas vinculam-se aos comportamentos cognitivos estabelecidos nos contratos entre alunos e agentes escolares, de forma tal que os papéis interacionais e institucionais se confundem, a ponto de os interactantes a todo o momento correrem o risco de se de-subjetivarem (...). (GERHARDT, 2014)

Subjugar os alunos e seus comportamentos cognitivos faz parte da metodologia francesa e mia perto, da brasileira. Acreditar que crianças e jovens nascidos em meios divergentes e que cresceram assim são impossibilitados de compreender e interessar-se por conhecimentos de uma elite colonialista é impedi-los de construir um futuro pessoal e profissional próspero, aquele mesmo descrito pelo Ministério da Educação Francesa que deve embasar o conhecimento adquirido nas escolas.

O sistema de ensino representado no filme - que não difere da realidade - é capaz de atuar em seu papel social legitimando as diferenças de classe e ainda sob essa ótica, o seu papel técnico de formar pessoas que movem o capitalismo, ou seja, formar cidadãos completamente diferentes em questões étnicas, culturais, políticas e econômicas para um objetivo em comum: o proletário. O professor quer acreditar em seus alunos, continua defendendo uma educação que não seja

rigorosa e penalizadora mas está sob o véu da frustração enquanto profissional da educação, em uma escola que a própria gestão não valoriza o trabalho e luta em meio as burocracias e com alunos desinteressados porque não enxergam a si mesmos nos conteúdos estabelecidos para a educação pública francesa. O educador se torna mais um peão desse xadrez.

Sem dúvida as sociedades modernas conseguem cada vez mais obter da Escola que ela produza e garanta como tais cada vez mais indivíduos qualificados, isto é, cada vez mais bem adaptados às exigências da economia; mas essa restrição que a autonomia impõe ao sistema de ensino é sem dúvida mais aparente (...). (BOURDIEU; PASSERON, 1975. P. 173)

Há semelhanças e diferenças entre a realidade escolar francesa e brasileira. Se por um lado no Brasil, há uma miscigenação de povos desde a invasão do território em 1500 e a escola pública transita principalmente entre as marcantes desigualdades sociais e de classe, na França o fator imigração é um dos mais relevantes na qualidade do ensino e na construção do cidadão, já que de acordo com as bases republicanas não o reconhece como diferente portanto não molda o ensino para sua integração. Os problemas políticos e governamentais nos dois países também se reconhecem e podem culminar para além de outras vertentes, na cobrança da qualidade da educação.

Assim, o protesto contra a condição material e social imposta aos docentes ou a denúncia amarga e complacente dos comprometimentos e das corrupções dos políticos e dos negociatas corruptos exprime sem dúvida, sob a forma da indignação moral, a revolta dos quadros subalternos ou dos meios de ensino contra uma sociedade incapaz de honrar completamente suas dívidas para com a Escola, isto é, para com os que devem tudo à Escola, inclusive a convicção de que a Escola deveria ser o princípio de toda hierarquia econômica e social. (BOURDIEU; PASSERON, 1975. P. 158)

É através das condições de validação e ensino dos conteúdos, seja na França ou no Brasil, que as relações de poder são enraizadas na “realidade histórica em que os valores escolares se constituem e se instituem” (Gerhardt, 2014). Um dos mecanismos do estabelecimento da subjetivação é a variedade linguística tida como erro e não consideração na preparação do currículo escolar. Negar e corrigir as variações de seus alunos multiculturais se faz presente nas aulas de François, mas esse é uma forma de anular uma pessoa como parte do mundo em que vive e essa

correção, muitas vezes, é respaldada por uma elite socioeconômica que transforma-os em subservientes.

Além de não incluírem as produções de linguagem dos alunos como conteúdos, não mencionam a possibilidade de que eles possam interferir semioticamente sobre os materiais de aula. É possível constatar que essa negação diz respeito também à cognição do aluno, que traria para a escola não apenas uma linguagem de segunda classe, mas também uma cognição de segunda classe, que não precisaria ser levada em conta no seu aprendizado. (GERHARDT, 2014. P. 902)

Os cidadãos na democracia francesa são educados nos valores provenientes das bases republicanas. Mas será esse distanciamento das vivências e da cultura, a solução para o fornecimento de uma educação igualitária?

5. Políticas e Ações Educativas: desafios e ambivalências na implementação

Para a implementação de políticas e ações educativas na França, o território e a identidade dos sujeitos em questão devem ser levados em consideração. O desafio encontra-se na necessidade de identidade e comunidade relacionadas ao território de origem dos imigrantes, enquanto a missão da escola francesa concentra-se na emancipação dos indivíduos das instituições como a família e a igreja. Ainda buscam justificativas na indiferença às diferenças em uma cultura globalizada, em que as referências de identidade estão cada vez mais fragmentadas, isso em um país com antigas políticas coloniais substituídas por políticas hegemônicas às culturas minoritárias, ou seja, o eurocentrismo.

(...) conclui-se que a identidade procede de uma construção intelectual, e que esta exige que cada pessoa não só se conheça, mas também conheça os outros e as categorias segundo as quais pode comparar-se para eles. (...) A identidade individual é a construção da unidade da consciência por meio de relações intersubjetivas e experiências sociais. É dinâmico pelo aspecto ativo, afetivo e cognitivo da autorrepresentação, com o sentimento subjetivo de sua permanência. (GARNIER, 2014. P. 129)

Partindo de um outro ponto de vista, para o sociólogo alemão Norbert Elias, o indivíduo tem identidade própria mas faz parte de um ambiente que transmite valores e padrões de comportamento. Estabelecer a construção da identidade fora da socialização e do ambiente é “estabelecer uma escola contra a democracia” (Garnier, 2014).

Porque antes que a escola possa formar, no ser individual, um ser social, o território de origem ou o território de residência do indivíduo já forjou referências culturais que estruturam a sua identidade. (GARNIER, 2014, P. 130)

Na França a relação entre as migrações internacionais e subnacionais são significativas e complexas. A escola francesa baseou-se nos valores republicanos para conceber a socialização através da integração das identidades locais no todo nacional. Uma escola democrática exige uma escola preocupada com os valores universais e que não negue a existência das identidades e dos interesses dos habitantes daquele território, para tal, o processo de ensino deve auxiliar as crianças e os jovens a dialogar com o universal e o particular sem renunciar às relações externas.

Entretanto, o Estado ainda não realizou grandes feitos para evitar a segregação nas escolas francesas e torna cada vez mais o sistema escolar hierarquizado. A parte mais tradicional da sociedade ainda evita matricular suas proles em escolas onde filhos de imigrantes estudam. Apesar de haver certa movimentação para inclusão de políticas públicas educacionais efetivas pelo Estado que manifestam moderada indignação, a administração pública pesa na burocracia e a elite conservadora bloqueia alternativas que objetivam o fim da exclusão e segregação nas escolas, representando um problema na implementação de ações.

Se uma escola democrática é uma escola que defende ideais coletivos mais do que interesses privados, o contexto atual está, no mínimo, muito distante desta perspectiva. (BEN AYED, 2012. P. 40)

Em 1976, foram criados em solo francês os Centros de Formação e Informação para a Educação de crianças migrantes com a missão de recolher informações socioculturais e de promover práticas educativas. Em 1977, uma diretiva europeia exigiu que os Estados Membros promovessem o ensino da língua do país que acolheu e do país de origem. Apenas em 1979, os primeiros filhos de argelinos nascidos na França (após a independência) atingiram a idade de pedir uma autorização de residência e souberam que legalmente eram franceses, entre 1983 e 1984 foi feito um acordo argelino-francês

(...) permitindo aos filhos de tunisinos ou argelinos residentes na França cumprir as suas obrigações militares num ou noutro país, de acordo com a sua escolha, sem impacto na sua nacionalidade (é na verdade um reconhecimento da dupla nacionalidade). Em 1984, foi introduzida a autorização única de residência e trabalho de dez anos, renovável automaticamente. (LORCERIE, 1998. P. 21)

O ministro Alain Savary criou em 1981 as “Zonas Educativas Prioritárias” (ZEP), centros que mobilizavam escolas, serviços dos Estado, cidades e associações para trabalhar em conjunto e melhorar o desempenho acadêmico. Essa foi a primeira política educacional francesa de ação afirmativa para compensar as desvantagens em que viviam os alunos de áreas com alta vulnerabilidade social. Em contrapartida, os filhos de imigrantes não são mencionados nas políticas públicas e são substituídos por termos como *“publics en difficultés”* e *“publics difficiles”* em tradução livre, públicos em dificuldades e difíceis, o que demonstra claro

desinteresse governamental em integrá-los à sociedade francesa e os torná-los cidadãos comuns.

Os governos de direita, mas também de esquerda da última década, exploraram ocasionalmente este registo, com fins eleitorais. A acomodação dos recém-chegados à sociedade francesa (incluindo na escola) e a sua integração jurídica foram, em última análise, muito mais rápidas do que a sua aceitação como membros de pleno direito por esta sociedade. (LORCERIE, 1998. P 22)

As condições sociais de escolarização dos imigrantes e descendentes na França foram modificadas profundamente através das integrações culturais e a ênfase à etnia dada nas transações no espaço escolar. O Estado teve um papel limitado no desenvolvimento dessas ações porque as mudanças sociais foram alteradas em condições desfavoráveis à situação econômica, institucional e política.

Em 23 de agosto de 2023, o presidente francês Emmanuel Macron cedeu uma longa entrevista mencionando especificamente a educação e a imigração. Para ele, a imigração não sobrecarrega o Estado, entretanto, pretende reduzi-la significativamente, partindo da imigração ilegal. O chefe de Estado apontou que a educação seria uma prioridade visto os desafios atuais enfrentados no país e que vê como uma necessidade uma revisão da história e dos programas de educação cívica para que se torne uma disciplina essencial. O caminho para uma educação que não seja indiferente às diferenças, que seja pautada na integração, nas vivências, nas raízes e origens e que leve em consideração a língua materna e a identidade é cheio de pedras porque apesar dos esforços paralelos dos grupos que se dedicam às políticas educacionais efetivas, de direita ou esquerda, a maioria ainda prefere optar e defender uma educação comum baseada nos valores republicanos que na realidade não incluem os filhos gerados fora de casa.

No Código Educacional Francês, editado pela última vez em 11 de abril de 2024, não há nenhuma menção aos termos "*immigrants*" ou "*réfugiés*", imigrantes e refugiados, respectivamente. O que demonstra de forma clara, a falta de políticas que incluam os imigrantes, descendentes e refugiados no sistema educacional francês e que os encare como protagonistas de suas histórias e não apenas mãos trabalhadoras que elevam o capital francês. Entretanto, há 155 menções da palavra "*étrangers*" (estrangeiros) ao longo das 1.518 páginas do Código, que em seu significado figurado revela "o que não pertence ou o que não se considera pertencente a região", e dessas menções a maioria refere-se a estudantes de outras

nacionalidades que vão em busca de estudos na França ou de escolas francesas no exterior, reforçando o estereótipo de que os filhos franceses nascidos nas colônias, não são de fato franceses e não são educados como tais.

Entretanto, a Lei nº 2005-32, de 18 de janeiro de 2005 sobre a Programação para a Coesão Social, Título III: Promoção de Igualdade de Oportunidades, Capítulo II: Apoio aos alunos em dificuldade, em seu Artigo 128º dispõe que

Os sistemas de sucesso educativo realizam ações de apoio em benefício dos alunos do primeiro e segundo níveis e das suas famílias, nas áreas educativa, extracurricular, cultural, social ou da saúde. São implementadas desde o jardim de infância, nos termos fixados por decreto, por um estabelecimento de ensino público local, pelo fundo escolar, por um grupo de interesse público ou por qualquer outra estrutura legal adequada e dotada de contabilidade pública. Os programas de sucesso educativo destinam-se principalmente a crianças localizadas em áreas prioritárias da política da cidade ou matriculadas em estabelecimento abrangido pelo ensino prioritário. Todos os anos, uma análise dos sistemas de sucesso educativo é apresentada a todos os parceiros contribuintes. (FRANÇA, 2005, P. 18)

De acordo com o site do Ministério da Educação Francesa, mais precisamente na aba “Programas Escolares”, há uma série denominada “As principais lições do jardim de infância ao bacharelado” em que várias ações são descritas como essenciais para a educação das crianças e dos jovens. O que chama atenção relacionado à esfera da inclusão e da adaptação dos imigrantes e descendentes é a prática educativa “Línguas Estrangeiras e Regionais Modernas” que tem como prioridade melhorar as competências dos estudantes franceses - aqui entende-se todo e qualquer estudante matriculado em uma escola francesa -em línguas modernas, e para tal foi estabelecido em dezembro de 2022 um plano para reforçar o aprendizado do inglês e de outras línguas ao longo da escola. Segundo o Ministério, é no jardim de infância que a escuta fica sensível aos tipos de pronúncia e que é nessa fase que as formas de se pronunciar e articular se estabelecem. Já no ensino médio

A consciência da diversidade linguística constitui um primeiro contato dos jovens estudantes com as línguas estrangeiras modernas . Visa, por um lado, descobrir a pluralidade de línguas e, por outro, permite uma consciência inicial de uma língua estrangeira viva. (Ministère de l'Éducation Nationale Et de La Jeunesse, 2023)

Para a ampliação de uma língua estrangeira promovida no espaço escolar foi designada uma rota composta por: mais de 4.000 assistentes linguísticos de 66 países diferentes trabalham em suas línguas maternas nas escolas, o cinema do ensino médio fornece 1.000 filmes de patrimônio mundial na versão original, as escolas realizam videoconferência com nativos para promover a integração e há certa facilidade na promoção de intercâmbios culturais.

Ainda segundo o Ministério da Educação e o “Núcleo Comum de Conhecimentos, Habilidades e Cultura”, as competências que todo aluno deve dominar até os 16 anos de idade são baseadas na possibilidade de continuação dos estudos para construir um futuro pessoal e profissional e na preparação para o exercício da cidadania, e segundo a “Área 3 - A formação da Pessoa e do Cidadão” é preciso aprender sobre a vida em sociedade, ação coletiva e cidadania, formação moral e cívica e respeito pelas escolhas pessoais e responsabilidades individuais.

Na aba “Ações educativas” no site, é possível encontrar um evento denominado “A Chama da Igualdade” publicado em 15 de abril de 2024 e que tem como descrição (tradução livre)

A Chama da Igualdade é um concurso que permite aos alunos envolver-se na reflexão cívica baseada na história do tráfico, da escravidão e das suas abolições, nas suas sobrevivências, bem como nos seus efeitos e nos seus legados. Contribui para a construção de uma memória coletiva em torno de valores partilhados de forma a promover o sentimento de pertença comum. A cerimônia de premiação nacional é realizada todos os anos no dia 10 de maio, por ocasião do Dia Nacional em Memória do Tráfico, da Escravidão e de sua Abolição. (Ministère de l'Éducation Nationale Et de La Jeunesse, 2024)

O tema da edição 2023-2024 é “Resistir à escravidão: sobreviver, opor-se, revoltar-se” e é um concurso organizado pelos ministérios responsáveis pela educação nacional, territórios ultramarinos, agricultura e fundação para a memória da escravidão e contam com o apoio da Delegação Interministerial de Luta contra o Racismo, o Antissemitismo e ódio Anti LGBT. A implementação dessa ação educativa na forma de concurso em que todas as escolas do território podem participar, inclusive as localizadas em centros penitenciários e aquelas em hospitais, revela o que antes parecia estar esquecido: a importância do debate sobre a escravidão manufaturada pela França e que ainda traz consigo outras vertentes como a luta dos judeus franceses na Segunda Guerra Mundial e os campos de concentração e o ódio aos LGBYQIAPN+. Essa prática educativa ainda demonstra a

preocupação dos ministérios envolvidos no acolhimento de todos os cidadãos nascidos ou não no maior país da Europa e o trabalho realizado nas instituições escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O continente africano enfrenta intensamente os efeitos da colonização europeia. A França por manter suas colônias até os anos 1960 exerce ainda forte influência política e econômica nessas regiões, sobretudo na Argélia, que conquistou sua independência em 1962, após longos anos de revoltas e guerras marcadas por episódios trágicos e assombrados pela morte de muitos cidadãos. A França da “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” não se estendia a suas colônias altamente exploradas até a última gota. A educação não fica atrás, a metrópole também ditava os processos educativos e de aprendizagem.

A imigração das colônias se intensificou após a Segunda Guerra Mundial e após a independência de 1962 da Argélia, muitos argelinos desembarcaram na França em busca de melhores condições de vida e encontraram uma realidade utópica ao que viviam. A história da educação está intrinsecamente ligada à história social, econômica e política francesa. O modelo educacional e sua relação com migrantes e refugiados refletem as relações de poder colonial e as políticas públicas de integração social dessas populações marginalizadas. As bases republicanas presentes nas práticas de ensino desde 1880 espelham os princípios da Revolução Francesa mas não se aplicam efetivamente na sociedade francesa, que discrimina e marginaliza os imigrantes que a própria fez existir.

Na França, há diversos indícios de ações educativas que poderiam ser implementadas nas escolas públicas mas que não são planejadas com cautela, organização e compromisso para o acolhimento de crianças e jovens. Há um forte discurso francês pautado nos fundamentos republicanos sobre a união nacional e a construção de uma cidadania comum que impossibilita a criação de identidade e território. A adaptação e interação dessas pessoas na comunidade não é tomada como prioridade governamental, entretanto, incentivar a criação da identidade e da noção de pertencimento mesmo que longe de seu país de origem transforma esses sujeitos em protagonistas de suas histórias que mudarão o futuro de sua nação, seja ela a França ou não. Investir no futuro desses estudantes através da educação é garantir o futuro para toda a sociedade.

Paulo Freire, patrono da educação brasileira, dá a luz à educação que salva vidas, futuros, gerações e países porque essa educação é um ato de coragem e não pode temer o debate e nem a análise da realidade. Os imigrantes e refugiados não

devem ser evitados, devem ser acolhidos como cidadãos de uma metrópole que precisa reparar historicamente anos de exploração e marcas de tragédia em uma nação inteira. A educação salva.

REFERÊNCIAS

- BEN AYED, C. Discriminations: l'éducation, un espace à haut risque?. Le socioraphe, v. 4, p. 65-78, 2011.
- BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2006.
- BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.
- CNEWS. Immigration, Référendum, Éducation: ce qu'il faut retenir des annonces d'Emmanuel Macron. 2023. Disponível em: <https://www.cnews.fr/france/2023-08-23/immigration-referendum-education-ce-quil-faut-retenir-des-annonces-demmanuel>. Acesso em: 03 abr. 2024.
- CONCEIÇÃO, L. B. Em tempos de 'Fermentação Nascente': Uma leitura dos projetos para a instrução pública primária do personagem François Guizot (1832 - 1836). Revista Brasileira de História da Educação. Rio de Janeiro, n. 20, p. 2-22, 2020.
- DURU-BELLAT, M. Amplitude e aspectos peculiares das desigualdades sociais na escola francesa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 13-30, jan./abr.2005.
- FRANÇA. Lei nº 2005-32. Lei sobre a Programação para a Coesão Social. Paris, FR: Senado Francês, [2005]. Disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000000806166?isAdvancedResult=&page=2&pageSize=10&query=%C3%A9ducation+des+immigrants&searchField=ALL&searchProximity=&searchType=ALL&tab_selection=all&typePaging=DEFAULT. Acesso em: 17 abr. 2024.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 27. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1977. 288 p.
- GALVÃO, I.; SCHALLER, J.J. A questão da diversidade na experiência escolar de jovens na Guiana Francesa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.1, p. 95-116, jan./abr. 2007.
- GARNIER, B. Territórios, identidades e políticas educativas em França. Encruzilhada da Educação, n. 2, p. 127-157, 2014.
- GERHARDT, A. F. L .M. Comprometimento Conjunto, Normatividade e Situatividade Entre os Muros da Escola. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 887-906, jul./set. 2014.
- LA flamme de la l'égalité. Ministère de l'Éducation nationale et de La Jeunesse. 2024. Disponível em: <https://www.education.gouv.fr/la-flamme-de-l-egalite-9860>. Acesso em: 17 abr. de 2024.

LE socle commun de connaissances, de compétences et de culture. Ministère de l'Éducation nationale et de La Jeunesse. 2024. Disponível em: <https://www.education.gouv.fr/le-socle-commun-de-connaissances-de-competences-et-de-culture-12512>. Acesso em: 17 abr. de 2024.

LES langues vivantes étrangères et régionales. Ministère de l'Éducation nationale et de la jeunesse. 2024. Disponível em: <https://www.education.gouv.fr/les-langues-vivantes-etrangees-et-regionales-11249>. Acesso em: 17 abr. de 2024.

LIPPOLD, W. G. R. O pensamento anticolonial de Frantz Fanon e a Guerra de Independência da Argélia. Monographia (FAPA), Porto Alegre, n. 1, p. 1-20, 2005.

LORCERIE, F. Sobre a escolarização das crianças imigrantes na França. Insaniyat إنسانيات. n. 6, p. 19-38, 1998.

SARTRE, J. P. Colonialismo e Neocolonialismo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

PAZ, F. M. História e Organização do Sistema Educativo Francês: da escola maternal à universidade. Avesso do Avesso, Araçatuba, n. 15, p. 22-42, nov. 2017.

SAMPAIO, T. H. O discurso de Jean-Paul Sartre sobre o colonialismo francês e a Guerra de Independência da Argélia (1954 - 1962). Revista Filogênese, Assis, n. 6 (1), p. 27-38, 2013.

SILVA, N. Da “Revolução Francesa” ao “Século XXI”: Algumas notas acerca do sistema educacional francês. ASPHE/ FaE/ UFPel, Pelotas, n. 23, p. 97-123, 2007.

YAZBEK, M. A revolução argelina. São Paulo: Editora UNESP, 2010

ANEXO A – SINOPSE DO FILME "ENTRE OS MUROS DAS ESCOLA", LAURENT CANTET

“No começo do ano letivo, o professor François Marin sabe que tem um difícil trabalho pela frente. Dando aulas de francês para um grupo de filhos de imigrantes de um colégio na periferia de Paris, ele tem que lidar com muitos conflitos além do simples aprendizado de seus alunos da 7ª série. Não apenas ele terá que ensinar a norma culta do idioma, como tem que fazer com que os jovens entendam a importância de saber estas regras mesmo que não usem em seu dia-a-dia, além de ter de lidar com todos os conflitos que se passam com esses adolescentes quando estão Entre os Muros da Escola.

Na sala, ele precisa ter jogo de cintura para que os alunos entendam que ele quer educá-los e não que tenha algo pessoal contra algum deles. Mesmo assim, há jovens que se revoltam em classe por acreditar que o método de Marin está sendo injusto. Khoumba se nega a fazer o que ele pede, Esmeralda insiste em desafiá-lo a todo o momento, Souleymane não se esforça para cumprir suas atividades em sala, todos sempre brigam um com o outro, mas toda a turma sempre se une quando é para confrontar o mestre.

Depois de uma reunião de professores para decidir o futuro dos alunos, duas alunas passam a fazer intrigas sobre o que foi falado contra alguns dos estudantes. A aula de Marin, então, se torna um centro de discussões sobre a relação aluno-professor. Quando ele acaba perdendo a cabeça e passa dos limites, o embate com um dos jovens se torna ainda mais violento, deixando Rhoumba ferida. François, agora, terá que avaliar, junto aos outros professores, qual medida deve ser adotada para conter os estudantes.

Grande vencedor da Palma de Ouro no Festival de Cannes, *Entre os Muros da Escola* é um misto de documentário e ficção, baseado no livro do professor François Bégaudeau, que também escreveu o roteiro. O autor é também protagonista do filme e, assim como ele, os alunos eram estudantes reais e não atores, mas interpretavam personagens baseados em fatos comuns. Nenhum deles, no entanto, teve que

seguir um roteiro pré-determinado. Os diálogos foram surgindo naturalmente através de workshops realizados semanalmente durante todo um ano letivo.”

Díspónível em:

<https://www.guiadasemana.com.br/cinema/sinopse/entre-os-muros-da-escola>